

EDITAL Nº 001/2025 DO CONCURSO  
PÚBLICO UNIFICADO PARA O MUNICÍPIO  
DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE (RN)

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO  
CAMPESTRE (RN)

FISCAL DE TRIBUTOS

MANHÃ

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

**ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:**

**1. Conferência de documentos:**

- ✓ Verifique seu nome, número do documento e número de inscrição em todos os materiais entregues.
- ✓ Confira o Caderno de Questões quanto a falhas de impressão ou numeração.

**2. Cumprimento das normas:**

- ✓ O descumprimento de qualquer regra constante no Edital, Caderno de Questões ou Folha de Respostas poderá acarretar a eliminação do candidato.

**3. Folha de Respostas:**

- ✓ É o único documento válido para avaliação.
- ✓ Preencha corretamente o campo da assinatura.
- ✓ Assinale apenas uma alternativa por item.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Devolva a Folha de Respostas preenchida e assinada ao fiscal.

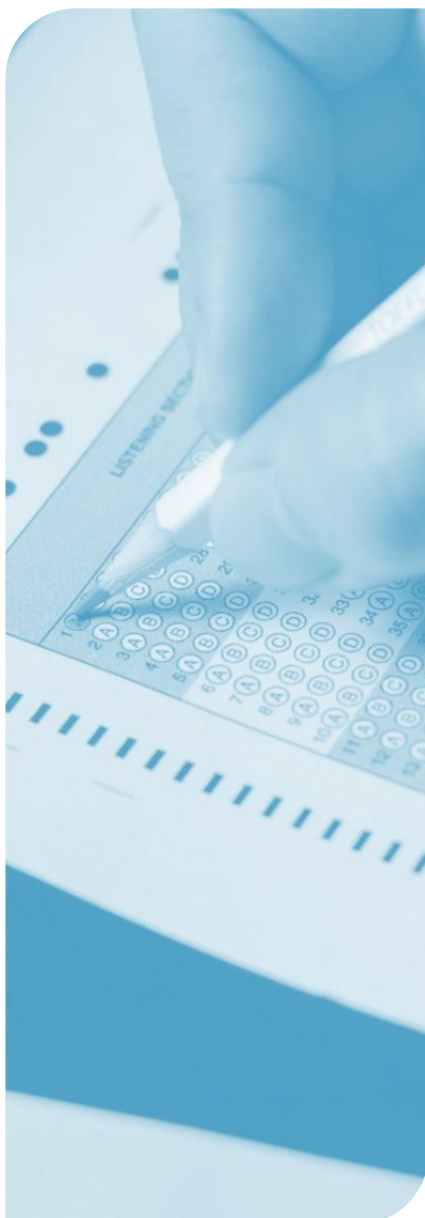
**4. Divulgação de provas e gabaritos:**

- ✓ Estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC ([www.igeduc.org.br](http://www.igeduc.org.br)), conforme o Edital.

**5. Condutas proibidas:**

- ✓ Manusear o Caderno de Questões antes do horário oficial.
- ✓ Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- ✓ Usar aparelhos eletrônicos de qualquer tipo.
- ✓ Anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

**6. Salvo disposição em contrário no enunciado da questão, as questões de legislação deverão ser respondidas com base na versão vigente e mais atualizada de cada norma legal.**



## CONHECIMENTOS GERAIS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

### A surpreendente rotina de sono que era a regra na Idade Média (e por que a abandonamos)

Por volta das onze horas da noite de treze de abril de 1699, em uma aldeia do norte da Inglaterra, Jane Rowth, de nove anos, despertou ao lado da mãe. A mulher levantou-se, foi até a lareira e começou a fumar o cachimbo, quando dois homens surgiram à janela e a chamaram para acompanhá-los. Jane relataria depois que a mãe parecia esperá-los. Antes de sair, sussurrou à filha que ficasse deitada e que voltaria pela manhã. Não voltou: foi assassinada naquela noite, e o crime jamais foi esclarecido.

No início dos anos 1990, o historiador Roger Ekirch encontrou o depoimento de Jane no Escritório de Registros Públicos de Londres, ao pesquisar a história das horas noturnas. Ele via nos registros judiciais fontes privilegiadas para compreender hábitos cotidianos. Até então, acreditava que o sono fosse uma constante biológica, sem grandes variações históricas. O testemunho de Jane o fez rever essa ideia: ela mencionava ter acordado do primeiro sono como algo absolutamente normal, o que sugeria uma noite dividida em duas partes.

A partir daí, Ekirch encontrou inúmeras referências ao chamado sono bifásico. Não era exclusivo da Inglaterra: na França e na Itália também. Há indícios do hábito na África, na Ásia, na Austrália, no Oriente Médio e no Brasil. Um registro do Rio de Janeiro, de 1555, relata que os tupinambás comiam após o primeiro sono; no século 19, textos de Mascate, em Omã, descrevem o recolhimento antes das vinte e duas horas. Para Ekirch, o sono em dois períodos foi dominante por milênios, com referências desde A Odisseia, do século 8 a.C., até o início do século 20.

No século 17, a rotina noturna começava cedo. Entre vinte e uma e vinte e três horas, quem podia, deitava-se em colchões simples; os mais pobres dormiam sobre plantas ou no chão. Dormir em conjunto era comum, exigindo regras de conduta e posições definidas na cama. Após cerca de duas horas, muitos despertavam naturalmente para a vigília, que se estendia da noite até por volta de uma hora da manhã. Esse intervalo era usado para diversas tarefas: alimentar o fogo, cuidar de animais, remendar roupas, preparar materiais domésticos. Também havia espaço para práticas religiosas, reflexões, conversas e intimidade entre casais, quando a exaustão do trabalho já havia diminuído.

Depois desse período acordado, retornava-se à cama para o segundo sono, considerado o sono da manhã, que durava até o amanhecer. Ekirch aponta referências ao sistema desde a Antiguidade, em autores como Plutarco, Pausânias, Lívio e Virgílio. Entre cristãos, a vigília ganhou importância: no século 6, São Bento

determinava que monges se levantassem à meia-noite para orações, prática que se difundiu para além dos mosteiros.

A divisão do sono também ocorre no mundo animal. Muitas espécies repousam em períodos separados, adaptando-se às condições ambientais. O lêmure-de-cauda-anelada, por exemplo, apresenta padrões semelhantes aos humanos pré-industriais. Para o pesquisador David Samson, da Universidade de Toronto, essa diversidade entre primatas levanta a hipótese de que humanos também tenham evoluído para um sono segmentado.

Ekirch encontrou respaldo científico ao conhecer, em 1995, um experimento conduzido por Thomas Wehr, nos Estados Unidos. Quinze homens, submetidos a redução da exposição à luz, passaram a dormir em dois períodos separados por vigília após algumas semanas. A melatonina indicou ajuste biológico do ritmo circadiano. Mais tarde, Samson observou padrão semelhante em uma comunidade sem eletricidade em Madagascar, sugerindo que o sono bifásico persiste em regiões remotas.

Para Ekirch, o abandono desse modelo a partir do século 19 se relaciona à Revolução Industrial. A expansão da iluminação artificial permitiu ficar acordado até mais tarde, sem alterar a exigência de acordar cedo, comprimindo o descanso. O primeiro sono se prolongou, o segundo se reduziu, até desaparecer. Embora experimentos indiquem que a luz artificial, isoladamente, talvez não explique tudo, no fim do século 20 o sono segmentado havia sido esquecido.

Essa mudança também alterou comportamentos e expectativas. Acordar cedo passou a ser sinônimo de produtividade, e despertares noturnos se tornaram fonte de ansiedade. Ekirch observa que saber que acordar no meio da noite já foi normal pode aliviar parte desse pânico, sem minimizar os distúrbios do sono atuais. Ele ressalta que o abandono do sono bifásico não implica, necessariamente, pior qualidade de descanso. Em muitos aspectos, o século 21 oferece condições mais seguras e confortáveis: menos riscos, mais conforto, menos ameaças físicas. Assim, embora possamos ter perdido conversas noturnas e reflexões da vigília, ganhamos noites mais protegidas e previsíveis.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgjnvp845dxo>. adaptado.

### Questão 01

Há "indícios do hábito" na África, na Ásia, na Austrália, no Oriente Médio e no Brasil.

Sintaticamente, o termo destacado nesta frase trata-se de:

- (A) Predicativo do sujeito, atribuindo característica semântica ao termo implícito do período mencionado.
- (B) Sujeito simples da oração, determinado pelo verbo impessoal e posposto por exigência sintática nominal.

- (C) Complemento nominal, dependente do verbo e introduzido por preposição obrigatória.
- (D) Objeto direto do verbo "há", núcleo nominal acompanhado de complemento preposicionado.

### Questão 02

Por volta das onze horas da noite de treze de abril de 1699, em uma aldeia do norte da Inglaterra, Jane Rowth, de nove anos, despertou ao lado da mãe.

Em relação à sintaxe da oração, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O sujeito é simples, com núcleo expresso no nome próprio "Jane Rowth", enquanto o restante do período integra o predicado verbal.
- (B) O predicado é nominal, pois o verbo "despertou" atua como verbo de ligação ao associar o sujeito a uma característica expressa no complemento da oração.
- (C) O sujeito é composto, uma vez que a presença das expressões "Jane Rowth" e "a mãe" indica dois núcleos nominais semanticamente envolvidos no evento descrito.
- (D) O predicado é verbo-nominal, pois o verbo "despertou" indica ação e o termo "ao lado da mãe" funciona como predicativo do sujeito, atribuindo-lhe característica.

### Questão 03

Depois desse período acordado, retornava-se à cama para o segundo sono, considerado o sono da manhã, que durava até o amanhecer.

Para Ekirch, o abandono desse modelo a partir do século 19 se relaciona à Revolução Industrial.

Em relação aos mecanismos de coesão textual, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O termo "que" atua como conjunção integrante, introduzindo oração subordinada substantiva desvinculada de referente nominal expresso.
- (B) O termo "que" funciona como elemento expletivo de ligação sintática, sem referência definida, exercendo papel acessório na organização do período.
- (C) O pronome "que" estabelece apenas coesão sequencial, indicando progressão temporal entre os enunciados, sem relação direta de retomada nominal no período.
- (D) O pronome relativo "que" estabelece coesão referencial ao retomar o substantivo "sono", garantindo a articulação sintática e semântica do período.

### Questão 04

Ao discutir costumes de outras épocas, um texto pode combinar narrativa e explicação, articulando um fato inicial a informações posteriores para construir uma interpretação ampla, com progressão temática e encadeamento de ideias.

De acordo com o assunto tratado, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O texto combina narrativa e exposição ao apresentar episódio inicial e, em seguida, sustentar a tese do sono bifásico com referências históricas, exemplos culturais e explicações sobre usos da vigília.
- (B) O texto usa um caso individual como ponto de partida para desenvolver uma análise histórica mais ampla sobre hábitos de sono, conectando o episódio inicial à investigação posterior.
- (C) O texto apresenta a mudança de hábitos de sono como resultado de transformações sociais e tecnológicas, relacionando o abandono do sono bifásico à Revolução Industrial e à ampliação da iluminação artificial.
- (D) O texto prioriza a contextualização historiográfica do tema ao informar a pesquisa de Ekirch e os registros encontrados, indicando que o evento de 1699 funciona como recurso de abertura para introduzir o assunto.

### Questão 05

O "lêmure-de-cauda-anelada", por exemplo, apresenta padrões semelhantes aos humanos pré-industriais.

Em relação aos elementos morfológicos que compõem o substantivo destacado, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Substantivo, substantivo e adjetivo, ligados por relação explicativa interna responsável pela especificação do referente zoológico.
- (B) Substantivo simples seguido de locução adjetiva, empregada para caracterizar semanticamente o núcleo nominal do período.
- (C) Substantivo, preposição, substantivo e adjetivo, organizados em sequência fixa que forma uma única unidade lexical.
- (D) Substantivo, artigo, substantivo e adjetivo, em estrutura classificatória típica de designações de espécies animais.

### Questão 06

Depois desse período acordado, retornava-se "à" cama para o segundo sono, considerado o sono da manhã, que durava até o amanhecer.

Em relação ao emprego do sinal indicativo de crase, a ocorrência destacada justifica-se porque há:

- (A) Fusão da preposição "a", exigida pelo verbo "retornar", com o artigo definido feminino que acompanha o substantivo "cama", neste caso específico.
- (B) Incidência do sinal de crase associada ao valor locativo da expressão, considerada na construção sintática do período e na relação de movimento implícita.

- (C) Ocorrência do acento grave explicada pela presença de verbo de movimento e por uma suposta regra geral aplicável a substantivos femininos locativos.
- (D) Regência nominal do substantivo "cama", que impõe simultaneamente a presença de preposição e de artigo definidos na construção apresentada.

### Questão 07

Após cerca de duas horas, muitos despertavam naturalmente para a vigília, que se estendia da noite até por volta de "uma" hora da manhã.

Em relação ao emprego das classes de palavras, a palavra destacada exerce a função de:

- (A) Artigo definido, uma vez que particulariza o substantivo "hora" dentro da referência temporal estabelecida pela organização sintática do período.
- (B) Pronome indefinido, já que introduz noção temporal limitada e não plenamente especificada relacionada ao período da manhã mencionado.
- (C) Numeral cardinal, pois indica quantidade exata de tempo associada ao substantivo "hora" na marcação temporal do enunciado.
- (D) Artigo indefinido, pois antecede o substantivo "hora" e contribui para sua determinação nominal na expressão temporal construída no enunciado.

### Questão 08

Depois desse período acordado, retornava-se à cama para o segundo sono, considerado o sono da manhã, que durava até o amanhecer.

Em relação à sintaxe do período, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O período contém uma oração subordinada adverbial temporal e uma oração reduzida de gerúndio, ambas responsáveis por indicar circunstâncias da ação verbal.
- (B) O período é composto por uma oração subordinada substantiva e por uma oração coordenada explicativa, ambas vinculadas semanticamente ao verbo "retornar".
- (C) O período apresenta uma oração reduzida de participio e uma subordinada adjetiva explicativa; esta última referida explicitamente ao substantivo "sono".
- (D) O período organiza-se por duas orações subordinadas adjetivas restritivas, entendidas como essenciais para delimitar o referente nominal mencionado no enunciado.

### Questão 09

Antes de sair, sussurrou à filha que "ficasse" deitada e que "voltaria" pela manhã.

Os verbos destacados na frase encontram-se conjugados, respectivamente, no:

- (A) Presente do subjuntivo e futuro do presente do indicativo.
- (B) Pretérito imperfeito do subjuntivo e futuro do pretérito do indicativo.
- (C) Pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo e futuro do pretérito do indicativo.
- (D) Pretérito imperfeito do indicativo e futuro do pretérito do indicativo.

### Questão 10

Mais tarde, Samson observou padrão semelhante "em uma comunidade sem eletricidade em Madagascar".

Em relação à sintaxe da oração, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O trecho destacado exerce a função de adjunto adverbial de lugar, incidindo sobre o verbo e indicando circunstância espacial relacionada à ação observada.
- (B) O segmento destacado distribui-se em dois adjuntos adverbiais distintos, um de lugar e outro de circunstância, ambos associados diretamente ao verbo do período analisado.
- (C) O trecho destacado constitui predicativo do sujeito, atribuindo característica circunstancial ao termo "Samson" no contexto sintático do período apresentado em questão.
- (D) O trecho destacado funciona como complemento nominal exigido pela regência do verbo "observar", completando semanticamente o predicado verbal do enunciado apresentado.

### Questão 11

O Microsoft Excel é amplamente utilizado para organização, análise e apresentação de dados em planilhas eletrônicas. Considerando o uso do Excel em atividades do dia a dia, analise as afirmativas a seguir:

I. O Excel não permite a proteção de células ou planilhas contra alterações, sendo qualquer conteúdo sempre editável.

II. Uma planilha pode conter várias abas, permitindo separar informações diferentes dentro do mesmo arquivo.

III. As fórmulas do Excel sempre começam com o sinal "=", indicando que a célula realizará um cálculo ou operação.

IV. A função SOMA é utilizada exclusivamente para somar valores que estejam digitados em células consecutivas, não funcionando com intervalos separados.

V. É possível aplicar filtros em tabelas para exibir apenas os dados que atendem a critérios definidos pelo usuário.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Apenas as afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras.
- (B) As afirmativas I, II, III, IV e V são verdadeiras.

- (C) Apenas as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.  
(D) Apenas as afirmativas II, III e V são verdadeiras.

### Questão 12

O sistema operacional Windows é amplamente utilizado em computadores pessoais e oferece diversos recursos para organização de arquivos, execução de programas e interação com o usuário. Considerando o ambiente Windows, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Windows permite que vários programas sejam executados simultaneamente, possibilitando ao usuário alternar entre eles por meio da barra de tarefas.
- II. A Área de Trabalho é um espaço reservado exclusivamente para arquivos do sistema, não sendo possível ao usuário armazenar atalhos ou pastas pessoais.
- III. O Explorador de Arquivos é a ferramenta utilizada para localizar, copiar, mover, renomear e excluir arquivos e pastas no Windows.
- IV. O Painel de Controle e as Configurações do Windows permitem ao usuário alterar aspectos do sistema, como idioma, dispositivos, contas e opções de acessibilidade.
- V. O Windows impede a personalização da interface gráfica, não permitindo alteração de plano de fundo, cores ou temas visuais.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Apenas as afirmativas II, III e V são verdadeiras.  
(B) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.  
(C) Apenas as afirmativas I, II e V são verdadeiras.  
(D) As afirmativas I, II, III, IV e V são verdadeiras.

### Questão 13

O Microsoft Word é um editor de textos amplamente utilizado para elaboração de documentos acadêmicos, profissionais e pessoais. Considerando seus recursos mais usuais, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Word permite a formatação de textos com diferentes tipos e tamanhos de fonte, bem como a aplicação de negrito, itálico e sublinhado.
- II. A inserção de cabeçalho e rodapé possibilita incluir elementos como numeração de páginas, data e informações fixas em todo o documento.
- III. É possível inserir tabelas no documento para organizar informações em linhas e colunas.
- IV. O Word não oferece recursos para revisão ortográfica e gramatical, sendo necessária a utilização de programas externos para essa finalidade.
- V. Após ser salvo, um documento do Microsoft Word torna-se automaticamente não editável, garantindo assim a integridade do arquivo.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.

- (B) Apenas as afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras.  
(C) As afirmativas I, II, III, IV e V são verdadeiras.  
(D) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.

### Questão 14

A utilização da Internet traz inúmeras facilidades, mas também exige cuidados relacionados à proteção de dados pessoais, privacidade e segurança das informações. Com base em boas práticas de segurança na Internet, analise as assertivas a seguir e marque V (verdadeira) ou F (falsa):

- ( ) O uso de senhas longas, combinando letras maiúsculas, minúsculas, números e símbolos, contribui para aumentar a segurança de contas on-line.
- ( ) Mensagens recebidas por e-mail ou aplicativos solicitando dados pessoais ou bancários devem ser analisadas com cautela, pois podem caracterizar tentativas de golpe.
- ( ) Sites que utilizam o protocolo HTTPS (protocolo de comunicação segura que utiliza criptografia) garantem, de forma absoluta, que todas as informações e conteúdos apresentados sejam verdadeiros, confiáveis e isentos de qualquer tipo de risco ao usuário.
- ( ) Manter o sistema operacional e os programas atualizados reduz a exposição a falhas de segurança conhecidas.

- ( ) Redes Wi-Fi públicas são totalmente seguras para realizar operações bancárias, desde que o dispositivo possua antivírus instalado.
- ( ) O compartilhamento excessivo de informações pessoais em redes sociais pode facilitar fraudes, golpes e roubo de identidade.

Assinale a alternativa CORRETA, considerando a sequência de V (verdadeira) e F (falsa) de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V, F, F.  
(B) V, F, F, V, V, V.  
(C) V, V, F, V, F, V.  
(D) F, V, V, F, F, V.

### Questão 15

Durante o uso do computador em atividades escolares ou profissionais, diferentes programas e cuidados são necessários para produzir documentos, organizar dados e navegar com segurança. Considerando esse contexto, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Na navegação pela Internet, o uso de senhas simples e iguais em diferentes sites é fortemente recomendado por supostamente facilitar o acesso do usuário.
- (B) No Microsoft Excel, as fórmulas geralmente não são atualizadas automaticamente, sendo necessário refazer os cálculos sempre que um valor da planilha é alterado.

- (C) No sistema operacional Windows, é possível executar mais de um programa ao mesmo tempo, organizar arquivos em pastas e utilizar atalhos na área de trabalho.
- (D) O Microsoft Word permite inserir textos e imagens, mas não possui atualmente recursos integrados avançados de correção ortográfica em língua portuguesa.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Questão 16

A Dívida Ativa da Fazenda Pública goza de presunção de certeza e liquidez. Assinale a alternativa correta sobre a Certidão de Dívida Ativa (CDA) e sua execução.

- (A) A CDA tem presunção absoluta de veracidade (*jure et de jure*), não admitindo prova em contrário por parte do executado, que deve pagar o valor integral antes de qualquer defesa judicial.
- (B) A CDA dispensa a indicação do fundamento legal da dívida, bastando o valor e o nome do devedor, pois o juiz conhece o direito (*iura novit curia*) e pode deduzir a origem do débito.
- (C) A Certidão de Dívida Ativa é o título executivo extrajudicial da execução fiscal, devendo conter identificação do devedor, valor, origem, natureza e fundamento legal do crédito.
- (D) A inscrição em Dívida Ativa só pode ser realizada após a condenação do contribuinte em processo judicial transitado em julgado, sendo vedada a inscrição baseada apenas em processo administrativo.

### Questão 17

O lançamento tributário é o procedimento administrativo que constitui o crédito. Sobre as modalidades de lançamento, assinale a alternativa correta que descreve o Lançamento por Homologação.

- (A) O lançamento por homologação ocorre quando o contribuinte declara os fatos geradores, mas não realiza o pagamento, aguardando que o fisco homologue a declaração e emita o boleto bancário.
- (B) O lançamento por homologação ocorre quando o contribuinte antecipa o pagamento do tributo, cabendo à autoridade administrativa apenas a posterior homologação.
- (C) O lançamento por homologação é aquele realizado exclusivamente pela autoridade fiscal, que calcula o montante devido e notifica o contribuinte para pagamento, como ocorre no IPTU.
- (D) O lançamento por homologação aplica-se apenas às taxas e contribuições de melhoria, não sendo utilizado para impostos como ICMS, IPI ou Imposto de Renda.

### Questão 18

A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais. Assinale a alternativa correta que exemplifica a aplicação dessa regra do CTN.

- (A) As pessoas jurídicas de fato (sem registro na Junta Comercial) não possuem capacidade tributária passiva, sendo imunes a qualquer tributação até que regularizem sua situação cadastral.
- (B) A capacidade tributária passiva exige a maioria civil (18 anos), sendo nulos os lançamentos efetuados contra menores proprietários de imóveis (IPTU), devendo o fisco lançar apenas em nome dos pais.
- (C) A capacidade tributária passiva cessa com a falência ou recuperação judicial da empresa, extinguindo-se automaticamente todas as obrigações tributárias pendentes no momento da decretação.
- (D) A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil, permitindo que menores, interditados ou pessoas jurídicas irregulares figurem como sujeitos passivos de obrigações tributárias.

### Questão 19

A imunidade de livros, jornais e periódicos visa a liberdade de expressão e cultura. Assinale a alternativa correta sobre a extensão dessa imunidade segundo a jurisprudência do STF (Súmula Vinculante 57).

- (A) Os livros eletrônicos não possuem imunidade, pois a Constituição menciona "papel", e a interpretação deve ser restritiva ao suporte físico tradicional.
- (B) A imunidade de livros restringe-se exclusivamente ao papel destinado à sua impressão, não alcançando os insumos químicos, tintas ou o maquinário utilizado na gráfica.
- (C) A imunidade não se aplica a álbuns de figurinhas ou materiais didáticos que contenham peças montáveis, pois estes são considerados brinquedos e não livros.
- (D) A imunidade tributária do art. 150, VI, d, da Constituição Federal alcança livros eletrônicos e os suportes utilizados exclusivamente para sua leitura, conforme entendimento do STF.

### Questão 20

O diferencial de alíquota (DIFAL) do ICMS é devido em operações interestaduais. Assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade pelo recolhimento do DIFAL nas operações destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto (ex: comércio eletrônico para pessoa física), após a Emenda Constitucional 87/2015.

- (A) A responsabilidade pelo recolhimento do DIFAL é do consumidor final pessoa física, que deve emitir uma guia e pagar no banco antes de receber a mercadoria em sua casa.

- (B) Não incide DIFAL em vendas para não contribuintes, sendo aplicada apenas a alíquota interna do Estado de origem, independentemente do destino da mercadoria.
- (C) Nas operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte, o diferencial de alíquotas do ICMS é devido ao Estado de destino, cabendo ao remetente o recolhimento.
- (D) O DIFAL nessas operações é devido integralmente ao Estado de origem da mercadoria, para compensar a perda de arrecadação com a saída do produto.

### Questão 21

O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação. Sobre a inclusão e exclusão de empresas nesse regime, assinale a alternativa correta.

- (A) O Simples Nacional é obrigatório para todas as empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, não sendo permitida a opção pelo Lucro Presumido ou Real.
- (B) Não podem optar pelo Simples Nacional as microempresas ou empresas de pequeno porte com sócio domiciliado no exterior ou que exerçam atividades típicas de instituições financeiras.
- (C) As empresas que possuam débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, podem aderir livremente ao Simples Nacional, parcelando a dívida após a adesão.
- (D) É permitida a adesão ao Simples Nacional de empresas constituídas sob a forma de sociedade por ações (S.A.), desde que não tenham ações negociadas em bolsa.

### Questão 22

A imunidade recíproca é uma limitação ao poder de tributar que visa proteger o pacto federativo. Assinale a alternativa correta sobre a extensão dessa imunidade às empresas públicas e sociedades de economia mista.

- (A) A imunidade recíproca aplica-se a todas as empresas estatais, independentemente de explorarem atividade econômica ou prestarem serviço público, bastando que o capital seja majoritariamente público.
- (B) As empresas públicas que exploram atividade econômica são imunes apenas ao Imposto de Renda, devendo pagar normalmente os impostos sobre o patrimônio (IPTU, IPVA) e serviços (ISS).
- (C) A imunidade recíproca protege o patrimônio, a renda e os serviços das autarquias, mas não se estende em nenhuma hipótese às empresas públicas, que são pessoas jurídicas de direito privado.
- (D) A imunidade recíproca alcança estatais prestadoras de serviço público exclusivo, não se aplicando às que exploram atividade econômica concorrencial.

### Questão 23

Os incentivos fiscais de ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) exigem aprovação colegiada para evitar a guerra fiscal. Assinale a alternativa correta sobre o órgão responsável e o quórum necessário para aprovar isenções de ICMS.

- (A) O CONFAZ aprova isenções por maioria simples de votos, permitindo que regiões mais populosas imponham sua política fiscal aos demais Estados.
- (B) As isenções de ICMS podem ser concedidas por lei estadual ordinária de iniciativa do Governador, sem necessidade de aprovação de outros Estados, em nome da autonomia federativa.
- (C) Os benefícios fiscais de ICMS são proibidos pela Constituição, não podendo ser concedidos nem mesmo por convênio unânime.
- (D) As isenções e incentivos de ICMS dependem de convênio ou protocolo no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária, entre outras exigências legais.

### Questão 24

A base de cálculo do ISS na construção civil permite deduções específicas. Assinale a alternativa correta sobre a dedução de materiais na base de cálculo do ISS segundo a jurisprudência e a Lei Complementar nº 116/2003.

- (A) É vedada qualquer dedução na base de cálculo do ISS, devendo o imposto incidir sobre o valor total da nota fiscal, incluindo materiais e subempreitadas, para evitar a evasão fiscal.
- (B) A dedução de materiais é permitida apenas para obras públicas, sendo vedada para obras privadas residenciais ou comerciais.
- (C) A base de cálculo do ISS nos serviços de construção civil é o preço do serviço, podendo ser deduzido o valor dos materiais fornecidos pelo prestador das obras, desde que comprovados e incorporados à obra, conforme entendimento do STF que declarou constitucional essa dedução.
- (D) O valor das subempreitadas já tributadas pelo ISS pode ser deduzido da base de cálculo do prestador principal em todos os municípios, independentemente de previsão na lei local, por força de lei federal.

### Questão 25

A distinção entre obrigação principal e acessória é fundamental no Direito Tributário. Assinale a alternativa correta sobre a natureza e a conversão dessas obrigações segundo o CTN.

- (A) A obrigação principal surge com o lançamento tributário, enquanto a obrigação acessória surge apenas após a notificação do contribuinte pelo auditor fiscal.
- (B) A obrigação principal tem por objeto a prestação de fazer ou não fazer algo no interesse da fiscalização, como emitir notas fiscais ou escriturar livros, enquanto a acessória tem por objeto o pagamento de tributo.
- (C) A obrigação acessória depende da existência válida da obrigação principal; se o tributo for isento ou imune, a obrigação acessória de emitir nota fiscal ou declarar desaparece automaticamente.
- (D) A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária (multa) decorrente do descumprimento, passando a ser exigida como crédito tributário.

### Questão 26

O Sistema Tributário Nacional é regido por uma hierarquia de normas que definem a validade e a aplicação dos tributos. Assinale a alternativa correta sobre a hierarquia e a recepção dos tratados internacionais em matéria tributária no Brasil segundo o Código Tributário Nacional (CTN).

- (A) As normas complementares, como portarias e instruções normativas, podem criar obrigações tributárias principais (tributos) e definir fatos geradores, desde que haja lacuna na lei ordinária.
- (B) Os tratados internacionais em matéria tributária possuem hierarquia inferior às leis ordinárias federais, estaduais e municipais, não podendo alterar alíquotas ou bases de cálculo definidas internamente.
- (C) Os convênios celebrados entre a União, Estados e Municípios têm força de lei complementar e podem criar novos tributos não previstos na Constituição Federal, desde que aprovados pelo CONFAZ.
- (D) Os tratados e convenções internacionais em matéria tributária, regularmente ratificados pelo Brasil, prevalecem sobre a legislação tributária interna e devem ser observados pela lei que lhes sobrevenha.

### Questão 27

A substituição tributária é um regime de arrecadação do ICMS. Assinale a alternativa correta sobre a Substituição Tributária para Frente (Progressiva).

- (A) Na substituição tributária para frente, o varejista paga o imposto referente à operação da indústria, antecipando a arrecadação antes da mercadoria ser fabricada.
- (B) Se a base de cálculo efetiva da venda final for menor que a presumida, o contribuinte não tem direito à restituição da diferença do imposto pago a maior, conforme decisão definitiva e irreformável do STF.

- (C) Na substituição tributária para frente, o contribuinte substituto é responsável pelo pagamento do ICMS incidente sobre as operações subsequentes até o consumidor final, com base em uma base de cálculo presumida.
- (D) A substituição para frente aplica-se apenas a serviços de transporte interestadual, não sendo utilizada para mercadorias físicas como bebidas ou combustíveis.

### Questão 28

A responsabilidade dos sucessores é tema recorrente em fusões e aquisições. Assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade tributária na sucessão empresarial por fusão, transformação ou incorporação.

- (A) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- (B) A empresa incorporadora responde apenas pelas dívidas tributárias que foram declaradas no balanço da incorporada no momento do negócio, ficando isenta de passivos ocultos ou autuações futuras sobre fatos geradores passados.
- (C) A responsabilidade por sucessão aplica-se apenas aos impostos, não abrangendo as multas moratórias ou punitivas devidas pela empresa sucedida antes da operação.
- (D) A responsabilidade tributária na fusão extingue-se automaticamente, pois a nova empresa nasce sem dívidas ("folha limpa"), devendo o fisco cobrar os sócios antigos na pessoa física.

### Questão 29

A responsabilidade pessoal dos sócios-gerentes é limitada. Assinale a alternativa correta sobre as hipóteses em que os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas são pessoalmente responsáveis pelos créditos tributários.

- (A) A responsabilidade pessoal do sócio ocorre apenas se a empresa falir, independentemente de haver dolo ou fraude na gestão, bastando a insuficiência de fundos.
- (B) São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.
- (C) Os diretores nunca respondem pessoalmente por dívidas tributárias da pessoa jurídica, pois a responsabilidade é exclusiva da empresa (autonomia patrimonial absoluta).

(D) Os sócios-gerentes respondem pessoalmente e solidariamente por qualquer dívida tributária da empresa (simples inadimplemento), mesmo que tenham agido dentro da lei e dos poderes de gestão, pois o patrimônio da empresa confunde-se com o do sócio.

### Questão 30

A vedação ao confisco é um princípio tributário que protege o patrimônio do contribuinte contra a carga tributária excessiva. Sobre a aplicação deste princípio às multas tributárias, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(\_\_\_) O princípio do não confisco aplica-se também às multas tributárias, vedando a imposição de penalidades pecuniárias que assumam caráter confiscatório, desproporcional ou irrazoável em relação ao valor do tributo ou da obrigação descumprida.

(\_\_\_) O Supremo Tribunal Federal (STF) tem entendido que multas punitivas superiores a 100% do valor do tributo devido podem ser consideradas confiscatórias, devendo ser reduzidas para patamares razoáveis.

(\_\_\_) A vedação ao confisco impede que o Estado utilize o tributo com efeito de confisco, mas permite que a multa moratória seja fixada em qualquer percentual, desde que prevista em lei, pois tem natureza de sanção civil e não tributária.

(\_\_\_) O princípio do não confisco aplica-se exclusivamente aos impostos, não alcançando as taxas ou contribuições de melhoria, que podem ser cobradas em valores superiores ao custo do serviço ou da valorização imobiliária.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, V, F, F.

### Questão 31

As causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário são taxativas no CTN. Analise a classificação das seguintes hipóteses:

I. A moratória e o parcelamento são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

II. A prescrição e a decadência são causas de extinção do crédito tributário.

III. A anistia e a isenção são causas de exclusão do crédito tributário.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III apenas.

(D) I e III apenas.

### Questão 32

O Princípio da Anterioridade Tributária visa evitar a surpresa do contribuinte, garantindo um tempo para adaptação às novas cargas fiscais. Assinale a alternativa correta sobre as exceções constitucionais ao Princípio da Anterioridade Anual (exercício financeiro seguinte) e Nonagesimal (90 dias).

- (A) O Imposto de Renda (IR) deve respeitar a anterioridade nonagesimal (90 dias) para ser cobrado, mas é exceção à anterioridade anual, podendo ser cobrado no mesmo exercício financeiro da publicação da lei.
- (B) O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é exceção à anterioridade anual, devendo respeitar apenas a noventena, enquanto o Imposto de Importação (II) deve respeitar ambas as anterioridades para proteger a indústria nacional.
- (C) O Imposto Extraordinário de Guerra e o empréstimo compulsório por guerra ou calamidade pública não se submetem às anterioridades anual e nonagesimal.
- (D) O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é exceção à anterioridade nonagesimal, mas deve respeitar a anterioridade anual, podendo ser cobrado apenas no ano seguinte, mesmo que a lei seja publicada em dezembro.

### Questão 33

A Lei Complementar possui papel reservado na Constituição para regular matérias específicas do Direito Tributário. Analise as afirmativas a seguir sobre a reserva de lei complementar em matéria tributária:

I. Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tributos e de suas espécies, bem como sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.

II. A instituição de impostos residuais da União e de empréstimos compulsórios deve ser feita obrigatoriamente mediante lei complementar.

III. A alteração de alíquotas do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) exige lei complementar para garantir a segurança jurídica dos contribuintes.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) II e III apenas.

### Questão 34

As taxas são tributos vinculados a uma atuação estatal. Segundo o CTN e a Constituição, assinale a alternativa correta que define o fato gerador e a base de cálculo

legítima das taxas.

- (A) As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, não podendo ter base de cálculo própria de impostos.
- (B) As taxas podem ser cobradas pela utilização de serviços públicos gerais e indivisíveis (uti universi), como iluminação pública e segurança pública, desde que haja lei municipal autorizadora.
- (C) As taxas de poder de polícia só podem ser cobradas se houver fiscalização efetiva e presencial em cada estabelecimento ("porta a porta"), sendo inconstitucional a cobrança baseada apenas na existência do órgão fiscalizador e na renovação anual do alvará.
- (D) A base de cálculo das taxas deve ser idêntica à base de cálculo dos impostos incidentes sobre o mesmo fato, permitindo, por exemplo, que a taxa de lixo seja calculada como um percentual do valor venal do imóvel (base do IPTU).

### Questão 35

O Imposto Sobre Serviços (ISS) tem regras específicas de local de incidência. Segundo a Lei Complementar nº 116/2003, em regra, o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador. Contudo, existem exceções importantes. Assinale a alternativa correta que apresenta uma exceção onde o ISS é devido no local da execução do serviço.

- (A) Nos serviços de desenvolvimento de software e programas de computador, o ISS é devido no local onde o usuário do software reside, e não na sede da empresa desenvolvedora.
- (B) Nos serviços de ensino e treinamento, o ISS é sempre devido no local de residência dos alunos, para facilitar a fiscalização.
- (C) No caso dos serviços de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, o imposto é devido no local onde a obra está sendo executada, independentemente da sede da construtora.
- (D) Nos serviços de consultoria e assessoria jurídica, o imposto é devido no local onde o cliente assina o contrato, permitindo o planejamento tributário.

### Questão 36

As imunidades tributárias são limitações constitucionais. Analise as afirmativas a seguir sobre a imunidade de templos de qualquer culto e instituições de educação/assistência social:

- I. A imunidade de templos de qualquer culto abrange não apenas o prédio onde se realizam os cultos, mas também o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais da entidade religiosa.
- II. As instituições de educação e de assistência social

sem fins lucrativos gozam de imunidade de impostos sobre patrimônio, renda e serviços, desde que atendam aos requisitos da lei (não distribuir lucros, aplicar recursos na manutenção e manter escrituração regular).

III. A imunidade tributária dispensa essas entidades do cumprimento de obrigações acessórias, como a emissão de notas fiscais ou a apresentação de declarações ao fisco.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I, II e III.

### Questão 37

A Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/96) regula o ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação). Assinale a alternativa correta sobre a incidência do ICMS na exportação de mercadorias.

- (A) A isenção de ICMS na exportação acarreta a anulação dos créditos das operações anteriores, devendo o exportador estornar todo o imposto pago na compra de insumos (princípio da não-cumulatividade estrita).
- (B) A não incidência na exportação depende de autorização específica do CONFAZ para cada empresa exportadora, sendo necessário renovar o benefício anualmente.
- (C) O ICMS não incide sobre operações de exportação de mercadorias nem sobre serviços destinados ao exterior, sendo assegurada a manutenção e o aproveitamento dos créditos das operações anteriores.
- (D) O ICMS incide normalmente na exportação de produtos primários e semielaborados, sendo isentos apenas os produtos industrializados com alto valor agregado para incentivar a indústria.

### Questão 38

A solidariedade tributária ocorre quando há mais de um devedor na mesma obrigação. Sobre os efeitos da solidariedade no Direito Tributário, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

- () A solidariedade tributária não comporta benefício de ordem, podendo a autoridade fiscal cobrar a totalidade da dívida de qualquer um dos devedores solidários, independentemente da solvência dos demais.
- () A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados solidários, favorece ou prejudica aos demais, estendendo os efeitos interruptivos a todos os codevedores.
- () A isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles,

subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.

(\_\_\_) A solidariedade tributária presume-se sempre que houver interesse comum na situação que constitua o fato gerador, não necessitando de previsão legal expressa para sua configuração.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, V, F.
- (B) V, V, V, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, F, F, V.

### Questão 39

A fiscalização tributária possui amplos poderes, mas deve respeitar limites. Assinale a alternativa correta sobre o acesso da fiscalização a livros e documentos comerciais.

- (A) A autoridade fiscal deve formalizar o início da fiscalização por termo próprio, sendo permitido o exame de livros e documentos no exercício regular da competência tributária.
- (B) O termo de início de fiscalização é facultativo, podendo o fiscal autuar a empresa verbalmente e solicitar os documentos posteriormente por telefone.
- (C) O fiscal de tributos só pode examinar a contabilidade da empresa mediante mandado judicial específico de busca e apreensão, sendo inviolável o sigilo comercial em qualquer hipótese administrativa.
- (D) A fiscalização não pode apreender livros ou documentos em hipótese alguma, devendo apenas copiá-los no local, mesmo que haja indícios de fraude ou adulteração material.

### Questão 40

A competência tributária residual permite a criação de novos impostos. Analise as afirmativas a seguir sobre os requisitos para o exercício da competência residual pela União:

I. A União poderá instituir, mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior (residuais), desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.

II. Os Estados e Municípios também possuem competência residual para criar novos impostos, desde que respeitem o princípio da não-cumulatividade e utilizem lei complementar estadual ou municipal.

III. A competência residual para instituir contribuições sociais destinadas à seguridade social é dos Estados e do Distrito Federal, podendo ser exercida por lei ordinária, independentemente de não cumulatividade.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II apenas.

(B) I, II e III.

(C) I apenas.

(D) I e II apenas.

**RASCUNHO NÃO DESTAQUE**